



ESTADO DO CEARÁ  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
ASSESSORIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

ANEXO I

DECLARAÇÃO

(nome do servidor) \_\_\_\_\_,  
RG n.º \_\_\_\_\_, Matrícula n.º \_\_\_\_\_, ocupante do cargo de  
\_\_\_\_\_, lotado na \_\_\_\_\_,  
declaro, para fins de percepção de auxílio-creche, sob as penas da lei, não  
estar enquadrado nas hipóteses descritas nos incisos III e IV do artigo 2º da  
Lei Estadual n.º 15.472, de 02 de dezembro de 2013, ou seja, a(s) criança(s) sob  
minha responsabilidade a ser(em) contemplada(s) com o mencionado  
benefício não encontra(m)-se matriculada(s) em creche ou pré-escola mantida  
integralmente pelo Poder Público, bem como meu cônjuge ou companheiro(a)  
não percebe benefício igual ou similar de outro órgão ou ente estatal.

Fortaleza, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura